



REFLEXÕES E APONTAMENTOS DIDÁTICOS SOBRE A APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS NO PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE

Célia Oliveira¹

Resumo: Este artigo pretende dar a conhecer o contexto do ensino e aprendizagem da língua portuguesa no Parlamento Nacional de Timor-Leste, durante o período compreendido entre outubro de 2018 e junho de 2022.

Tendo em conta o contexto específico de Timor-Leste no que à língua portuguesa diz respeito, este artigo inicia-se com o enquadramento linguístico do país. De seguida, aborda-se a promoção do português no e pelo Parlamento Nacional. De seguida, reflete-se acerca do ensino do português no Parlamento Nacional, incidindo nas especificidades do Curso Geral de Língua Portuguesa e dos Cursos Intensivos de Língua Portuguesa Aplicada, tendo em conta o público-alvo e o facto de a aprendizagem se desenvolver num contexto profissional específico. Por fim, considerando o contexto parlamentar em que todo o processo de ensino e aprendizagem se desenrola, discorre-se sobre as metodologias e as estratégias adotadas.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Português Língua Não Materna; Timor-Leste.

Reflections and Didactic Notes on Learning Portuguese at the National Parliament of Timor-Leste

Abstract: This article aims to present the context of teaching and learning the Portuguese language in the National Parliament of Timor-Leste, during the period between October 2018 and June 2022.

Bearing in mind the specific context of Timor-Leste regarding the Portuguese language, this article begins with the linguistic framework of the country. Then, the promotion of Portuguese in and by the National Parliament is discussed. Finally, it reflects on the teaching of Portuguese in the National Parliament, focusing on the specificities of the General Course of Portuguese Language and the Intensive Courses of Applied Portuguese Language, taking into account the target audience and the fact that learning takes place in a specific professional context. Finally, considering the parliamentary context in which the entire teaching and learning process takes place, the methodologies and strategies adopted are discussed.

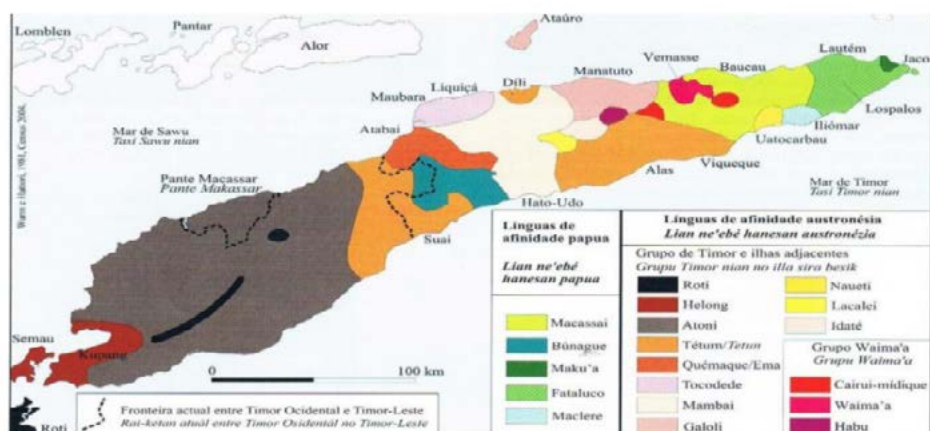
Keywords: Portuguese Language; Portuguese Non-Mother Language; Timor-Leste.

¹ Leitora no Parlamento Nacional de Timor-Leste e investigadora do GIArtes, CEHUM, Universidade do Minho.

Enquadramento linguístico

Aquando da restauração da independência, Timor-Leste estabeleceu a língua portuguesa como língua oficial a par do tétum², ao mesmo tempo que estatuiu as línguas indonésia e inglesa como línguas de trabalho³. Simultaneamente, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL) reconheceu a multiplicidade de línguas nacionais, sustentando que estas devem ser valorizadas e desenvolvidas⁴.

Este mosaico linguístico, que se apresenta como um grande desafio para a consolidação da língua portuguesa no território timorense e estatui Timor-Leste como um país plurilingue, está representado no mapa que abaixo se apresenta:



Fonte: Durand (2011, p.18), com base nos resultados do Censo 2004.

Por isso, a maioria dos timorenses usa mais do que uma língua no seu dia a dia – uma língua nacional em casa e com a família e que, frequentemente, é a sua língua materna; o tétum, a língua social e de trabalho; o português, a língua de escolarização e de trabalho; a língua indonésia, língua de trabalho e de muitos conteúdos da comunicação social; a língua inglesa, língua de trabalho.

O desenvolvimento do tétum ficou a cargo do Instituto Nacional de Linguística (INL), um organismo criado em 2001 e que, em 2004, em parceria com a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL), apresentou um padrão ortográfico para o tétum, bem como para as restantes línguas nacionais⁵.

2 Artigo 13.º da CRDTL.

3 Artigo 159.º da CRDTL.

4 Artigo 13.º da CRDTL.

5 Vide Decreto do Governo n.º 1/2004, de 14 de abril, o Padrão Ortográfico da Língua Tétum.



No que à utilização do português diz respeito, segundo José Ramos-Horta, atualmente, “a estatística oficial aponta para cima de 40%”⁶. Porém, esta utilização não se refere a um uso diário ou mesmo a um nível de proficiência avançado; pelo contrário, “não é pessoas que falam bem e falam no dia-a-dia. Mas que entendem, que podem falar, embora muito tímidas, envergonhadas por falarem mal” (HORTA, 2021, 15 de setembro). Por seu lado, “o tétum é falado por 90% da população” (*Ibidem*), tendo sido desenvolvido, ao longo dos últimos vinte anos, pela população timorense que recorre à língua portuguesa quando o tétum não possui o espectro vocabular necessário para nomear as realidades que a globalização e a contemporaneidade vão apresentando. Na verdade, “o tétum evoluiu, evoluiu até de uma forma desorganizada, improvisada. O tétum foi pedir emprestado, absorveu, milhares de vocábulos portugueses” (*Ibidem*).

I. Promoção do português pelo e no Parlamento Nacional – Enquadramento

O Parlamento Nacional de Timor-Leste, enquanto órgão de soberania, também legislou no sentido de promover o português no país, assumindo a importância estratégica de uma política linguística, que incluiu a língua portuguesa.

A primeira iniciativa foi a Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, de 26 de outubro, *Sobre o Uso das Línguas Oficiais*, que assume a língua portuguesa como um instrumento estratégico para “aprofundamento dos laços históricos e culturais, de afecto, amizade e cooperação que nos ligam ao conjunto dos Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, bem como “língua oficial nos organismos internacionais e designadamente na União Inter-Parlamentar”. Por isso, estabeleceu as seguintes recomendações:

- “a prossecução de uma efetiva política bilingue na Administração Pública”;
- A tomada de “medidas adequadas no sentido de efetivar a utilização do Tétum e do Português em todos os atos da Administração Pública, nomeadamente nas comunicações internas e externas e em quaisquer anúncios públicos”;
- A “disseminação do Tétum e do Português em todas as áreas da vida social”;
- O “aumento do investimento no Português”, nomeadamente através da contratação de professores de português;
- O desenvolvimento linguístico através da cooperação com os países da CPLP;
- A adoção de medidas para “reforçar o conhecimento e o uso das línguas oficiais em todos os domínios da atividade parlamentar”, no Parlamento Nacional;

⁶ Entrevista a José Ramos Horta em 27 de dezembro de 2021 e disponível em <https://www.dn.pt/internacional/portugues-como-lingua-de-timor-foi-consensual-por-razoes-que-nao-tem-nada-que-ver-com-o-que-alguns-idiotas-dizem-que-e-saudosismo-14441359.html>.

- . A realização, pelo menos uma vez por mês, dos trabalhos das sessões plenárias em português.

Na Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011, de 7 de setembro, *Sobre a Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de uma Identidade Própria e Original no Mundo*, reconhece-se que “logo em 1975 foi unânime o reconhecimento da necessidade de valorizar a língua portuguesa como elemento unificador integrado na cultura nacional de Timor-Leste”. Na verdade, segundo o mesmo documento:

Em Timor-Leste, pela sua intrínseca diversidade linguística e cultural, e pelas cicatrizes deixadas pela ocupação que se seguiu à Proclamação da Independência, a política da língua é também essencial à construção da identidade nacional, à consolidação do Estado de Direito, à afirmação do país na região e no mundo e, sobretudo, à garantia de coexistência pacífica no seu seio.

Assim, através desta Resolução, determinou-se:

- . a criação de “uma rede universal de ensino pré-escolar nas línguas oficiais que prepare as crianças [...] para entrar em contacto nas melhores condições com o *curriculum* em língua portuguesa a partir do 1.º ano”;
- . a introdução do “*curriculum* oficial em língua portuguesa para o terceiro ciclo” e do “*curriculum* oficial em língua portuguesa para o ensino secundário”;
- . a distribuição dos manuais oficiais em língua portuguesa;
- . a introdução dos “melhores padrões educativos em língua portuguesa”;
- . o aumento do número de bolsas de estudo para prosseguimento de estudos superiores em países lusófonos.

Igualmente, a nível interno, também foram estabelecidas diretivas no sentido da promoção da língua portuguesa nos trabalhos parlamentares e nos serviços administrativos, nomeadamente através do Estatuto dos Funcionários Parlamentares, da Lei da Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar e do Plano Estratégico do Parlamento Nacional 2017 – 2022.

A Lei n.º 10/2016, de 8 de julho, que *Aprova o Estatuto dos Funcionários Parlamentares*, no artigo 21.º, estatui que é condição de ingresso na carreira parlamentar o bom domínio, escrito e falado, das duas línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste. Para a promoção na carreira, o funcionário parlamentar deverá, obrigatoriamente, realizar uma prova de proficiência de português e de tétum (artigos 23.º, 24.º e 25.º).

Por seu lado, a Lei n.º 12/2017, de 24 de maio, *Lei da Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar* (LOFAP), no artigo 44.º, regula que a nomeação para os cargos de direção e de chefia deve ter em conta o domínio escrito e falado das duas línguas oficiais do país pelos candidatos.



Por fim, a Resolução do Parlamento Nacional n.º 13/2017, de 21 de junho, que *Aprova o Plano Estratégico do Parlamento Nacional 2017 – 2022*, estabelece um programa de formação parlamentar nas línguas portuguesa, tétum e inglesa, que assegurará o fortalecimento dos conhecimentos e capacidades de todos os Deputados e recursos humanos parlamentares nestas línguas.

II. Ensino do português no Parlamento Nacional

Com o objetivo de fortalecer o ensino e o desenvolvimento da língua portuguesa no Parlamento Nacional, este órgão de soberania estabeleceu vários protocolos de cooperação com entidades homólogas e instituições de ensino. Aquela que maior apoio presta ao ensino do português no Parlamento Nacional é a Assembleia da República de Portugal (ARP), ao abrigo do Protocolo de Cooperação Parlamentar, estabelecido em 2016, e a partir do qual se celebrou um programa plurianual que terminará em dezembro de 2022. Este acordo pressupõe a realização da ação número 33, que prevê o ensino da língua portuguesa, através de professores residentes e cursos intensivos em Portugal, e revisão de textos. É neste âmbito que o Centro de Formação Parlamentar conta com a formação contínua em português, ministrada por duas professoras.

O ensino da língua portuguesa tem como documento orientador o Plano de Formação em Língua Portuguesa, elaborado em 2018 pelas professoras do Parlamento Nacional e aprovado pelo Conselho de Administração. Este documento foi elaborado com base na necessidade de organizar o ensino da língua portuguesa de forma exigente e estruturada, tendo em mente todas as possibilidades de formação a nível parlamentar. Assim, é composto por sete valências – o Curso Geral de Língua Portuguesa (CGLP); os cursos intensivos de português para fins específicos; revisão e correção de textos institucionais; Laboratório da Língua; Dinamização da Biblioteca e da Rádio do Parlamento Nacional; sessões / seminários e atividades extras; cursos intensivos da língua portuguesa em Portugal – que deverão promover uma formação integrada e, consequentemente, holística.

Ainda que todas as valências sejam importantes no trabalho desenvolvido junto dos funcionários parlamentares e dos deputados, para efeito desta reflexão, cingir-nos-emos ao CGLP e aos cursos intensivos para fins específicos.

O Curso Geral de Língua Portuguesa

Em fevereiro de 2022, o CGLP conta com a inscrição de 161 formandos, agrupados por nível de proficiência, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência (QECR).

Abaixo, encontra-se a distribuição dos formandos de acordo com o respetivo nível de proficiência, a partir do qual se pode concluir que não há uma diferença significativa

entre o número de formandos que são considerados utilizadores básicos (57%) e entre o número daqueles que são vistos como utilizadores independentes (43%). Note-se que nenhum dos formandos é utilizador proficiente, embora não signifique que não existam funcionários com esse nível de proficiência⁷.



Em 2018, houve a necessidade de adequar os conteúdos abordados no CGLP, tendo em consideração os interesses manifestados pelos formandos inscritos, uma vez que, até à data, se seguiam os conteúdos de manuais aleatórios para a língua portuguesa. Assim, tendo por base as recomendações do *Referencial Camões de Português Língua Estrangeira* (2017), foram criados programas para cada nível de proficiência linguística com um “tratamento sequencial dos conteúdos [...], de modo a respeitar os critérios de progressão necessários ao desenvolvimento da competência comunicativa” (Direção de Serviços de Língua e Cultura, p. 7), com diferentes realizações linguísticas.

No que se refere aos conteúdos linguísticos propostos pelo *Referencial Camões de Português Língua Estrangeira* (2017), estes foram respeitados na íntegra para cada nível, assim como as funções comunicativas⁸, embora, na componente da pragmática, se tenham ajustado os tipos de texto aos usados em contexto profissional parlamentar⁹.

Por seu lado, os temas e o léxico a abordar foram aproximados da realidade parlamentar, nomeadamente no que diz respeito às atividades profissionais levadas a cabo e aos temas em torno dos quais os funcionários prestam apoio técnico. A tabela abaixo apresenta os temas e o léxico trabalhados nos diferentes níveis de proficiência dos grupos do CGLP:

7 De acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência, os formandos que frequentem aulas num dos subníveis dos níveis A1 (Iniciação) e A2 (Elementar) são considerados Utilizadores Básicos. Por seu lado, o Utilizador Independente pode estar num dos subníveis de proficiência dos níveis B1 (Limiar) ou B2 (Vantagem). Por fim, o Utilizador Proficiente será aquele com o nível C1 (Autonomia) ou com o nível C2 (Proficiente).

8 As funções “representam intenções comunicativas dos falantes, especificadas através de realizações linguísticas para cada um dos níveis comuns de referência ou para aqueles em que se considera adequado o tratamento dessas funções” (Direção de Serviços de Língua e Cultura, p. 49).

9 Por exemplo, o ofício, a nota de acompanhamento de documentos, o parecer, a ata, o relatório, a nota informativa, o comunicado, a resolução, a ata de discussão de proposta de lei, entre outros.



Nível	Temas / Léxico	
A1	. Dados pessoais . Caracterização física e psicológica . Família . Rotina diária . Rotina profissional . Relações hierárquicas . Local de trabalho . Atividades de tempos livres . Desportos . Viagens e meios de transporte	. Países da CPLP . Direções . Refeições . <i>Catering</i> no PN . Cafetaria do PN . Compras e serviços . Saúde . Gabinete médico do PN . Eventos no PN
	. Vivências no Parlamento Nacional: – Ex-colegas e amigos – Biografia – Vida social – Compras e serviços – Meios de transporte . Cultura e tradição: – O Barlaque – A <i>Uma Lulik</i> – Funerais – O Dia de Todos os Fiéis Defuntos – As Lutas de Galos	. O Meio Ambiente – A poluição – Tipos de lixo – Reciclagem – Mudar e sensibilizar . O Parlamento Nacional no Mundo – Antes da partida – A AP-CPLP – A ASG-PLP – A UIP . Tecnologia e Comunicação – A Rádio do Parlamento Nacional – <i>Media</i> Parlamento Nacional – A Comunicação Social em Timor-Leste – O poder da publicidade
B1	. O mundo profissional e projetos de vida: – Conselho Consultivo – Assembleia Constituinte – Parlamento Nacional . Relações do Parlamento Nacional com o mundo – Instituições homólogas . Hábitos sociais e multiculturalidade em Timor-Leste e no PN	. Órgãos do Estado . Problemas sociais: – Pobreza – Dependências (tabagismo e alcoolismo) . O Meio ambiente: – Aquecimento global – Fenómenos naturais
B2	. Comunicação Social – <i>Mass media</i> – Meios de comunicação social – Textos jornalísticos – Internet – Redes sociais . Liberdade de imprensa – Liberdade de expressão vs. Liberdade de imprensa – Censura – Lei da comunicação social – Jornalismo . Comunicação no PN – Direção de comunicação – <i>Uma Komunikaun</i> – Laboratório de comunicação . Direitos Humanos – Biografias . Direitos Humanos em Timor-Leste – Provedor dos DH e Justiça – PNTL e DH – Comunidade LGBT em TL – Direitos das pessoas com deficiência	. Igualdade de Género: – O papel da mulher na sociedade timorense – O papel da mulher na família timorense – Igualdade no trabalho – Igualdade de remuneração – GMPTL . Violência Doméstica – Números da violência doméstica no mundo – Lei contra a violência doméstica – Casos de violência doméstica – Violência Doméstica em TL – <i>Spotlight Initiative</i> – Notícias sobre violência doméstica – Solidariedade Social – Segurança social na CRDTL – Programas de apoio social em TL – Segurança Social: Um Direito Para Todos – Apoio social na pandemia . Voluntariado – Testemunhos de voluntariado – Associação SOSHA – Diário de uma voluntária nas cheias – Casa Vida – Projeto Montanha

Fonte: elaborado pela autora.

Note-se que, à medida que os formandos vão progredindo de nível, há temas que se vão repetindo, embora os subtemas sejam diferentes, o que promove o trabalho progressivo das funções e dos conteúdos linguísticos. Para além disso, sempre se sentiu a necessidade de que os formandos de português no Parlamento Nacional sentissem que existe uma relação entre aquilo que aprendem nas aulas de português e a realidade profissional, social, política e económica que os rodeia. Por isso, é de extrema importância que os temas reflitam as suas vivências e os seus interesses, aspeto, aliás, que os formandos sempre destacaram ser importante. Note-se que o CGLP se insere num processo de ensino e aprendizagem muito específico: o facto de ocorrer num órgão de soberania e decorrer em contexto de trabalho e durante o horário de trabalho.

A identificação do aprendente com os conteúdos abordados é essencial para a construção do seu empenho e interesse, bem como para este encontrar uma finalidade e traçar objetivos de aprendizagem. Frequentemente, o ensino de uma língua estrangeira não prevê os interesses e objetivos pessoais dos aprendentes, bem como o contexto de onde são oriundos e onde se movimentam, assumindo que os temas abordados devem ser gerais e generalistas, para que todos possam aprender em simultâneo. Por isso, a adoção de um qualquer manual existente no mercado não vai totalmente de encontro ao atrás referido, ainda que a adoção de um manual se possa revestir de inúmeras vantagens, como:

1) é fonte de material escrito e oral; 2) é um importante recurso de atividades para a prática e interação do aprendente; 3) é fonte de referências gramaticais, vocabulário, pronúncia, etc.; 4) fornece estímulos e ideias para atividades de aula; 5) funciona como programa, uma vez que reflete objetivos previamente determinados; 6) proporciona meios de autoaprendizagem; 7) é um suporte para professores menos experientes (Cunningsworth *apud* Nunes & Matos, 2021, pp. 103, 104).

Porém, o uso de um mesmo manual para diferentes públicos-alvo não satisfaz os objetivos pedagógico-didáticos associados aos materiais e manuais a usar no Parlamento Nacional, pois tem a característica de “uniformizar o que é ensinado e avaliado num grupo mais vasto de alunos, uma vez que todos seguem o mesmo material” (Nunes & Matos, 2021, p. 104). Esta uniformização é exatamente aquilo que não se deve pretender no ensino do português em tal contexto específico.

Pelo exposto, ao contrário do que frequentemente é feito no ensino do português como língua estrangeira de uma forma geral, o professor de português como língua estrangeira deverá procurar e criar materiais que vão de encontro às realidades vividas pelos formandos, não usando materiais completamente descontextualizados e que não reflitam as realidades dos diferentes países onde são usados. Ou por falta de preparação ou por desconhecimento da realidade do país onde o português é ensinado, os professores



tendem a optar por projetos já elaborados e revistos e com certificação científica que foram elaborados num determinado contexto e para um tipo de aprendente padronizado. Ainda que, do ponto de vista científico, essa opção possa ser a mais segura, frequentemente, os aprendentes são expostos a temas e questões culturais completamente teóricos, irreais ou hipotéticos. Note-se o exemplo dos manuais em língua portuguesa para o ensino secundário elaborados pelo Ministério da Educação em Timor-Leste, no âmbito da reestruturação curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste, que pouco ou nada refletem a realidade e o contexto timorenses¹⁰. O uso de materiais inadequados leva a uma aprendizagem deficitária, à desmotivação e, em último caso, à desistência da aprendizagem da língua.

Pelo exposto, constatou-se a necessidade de criar, no âmbito do CGLP, todos os materiais a serem usados nas aulas a partir de materiais autênticos usados ou, então, de materiais que sejam sobre Timor-Leste em geral ou sobre o contexto de trabalho parlamentar¹¹. Ou seja, os materiais usados em contexto de ensino e aprendizagem são originais, sendo elaborados de raiz pelas professoras. Embora este trabalho seja mais moroso e, frequentemente, é passível de melhorias e atualizações, é possível constatar que os formandos se mostram muito mais interessados e encontram relações entre aquilo que fazem dentro da sala de aula de língua portuguesa e o trabalho que têm de desenvolver enquanto profissionais parlamentares¹².

Cursos Intensivos de Língua Portuguesa Aplicada

O atrás referido também se aplica aos Cursos Intensivos de Língua Portuguesa Aplicada às várias unidades orgânicas de trabalho do Parlamento Nacional de Timor-Leste. Estes cursos são planificados tendo em conta as necessidades linguísticas específicas de cada direção e divisão. Por isso, é trabalhado o léxico ligado à área de trabalho e a compreensão do oral e da leitura são direcionadas para textos específicos de trabalho, o mesmo se

10 Este projeto é o resultado da cooperação entre o Ministério da Educação de Timor-Leste, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Universidade de Aveiro.

11 Neste âmbito, no dia Mundial da Língua Portuguesa, nas celebrações desta efemeridade no Parlamento Nacional, o Centro de Formação Parlamentar da Direção de Recursos Humanos e Formação (onde as professoras de língua portuguesa estão afetas) promoveu o lançamento dos manuais de nível A1 e A2, totalmente assentes e direcionados para o contexto parlamentar.

12 A título de exemplo, numa aula de nível A2, o objetivo, em termos de conhecimento explícito da língua, era rever e consolidar a utilização do Futuro Imperfeito do Indicativo. Para isso, uma vez que, em 2022, se comemoram os vinte anos da Assembleia Constituinte, a aula teve início com a interpretação do regulamento da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) que deu origem à constituição da Assembleia Constituinte. Esse texto é escrito em termos futuros, pelo que foi mais fácil os formandos compreenderem e assimilarem o tempo verbal atrás referido. A aula correu muito bem, com os aprendentes a participarem bastante e a exporem as suas dúvidas e houve mesmo quem manifestasse a sua satisfação pelo facto de, na aula, estar a trabalhar um tema que está diretamente ligado com as atividades de comemoração dos 20 Anos da Assembleia Constituinte, pelas quais várias unidades orgânicas do Secretariado-Geral do Parlamento Nacional estão responsáveis.

aplicando à produção oral e escrita. O conhecimento explícito da língua é trabalhado em jeito de revisão e de consolidação, uma vez que estes cursos são encarados como complementares ao CGLP, isto é, os conhecimentos gerais são adquiridos no CGLP e, depois, são aplicados a situações específicas do contexto de trabalho, estabelecendo-se, desta forma, uma ligação do geral para o específico.

Ora, considerando que, num mesmo gabinete e numa mesma área de trabalho, trabalham funcionários parlamentares com diferentes níveis de proficiência linguística, o desafio centrou-se nos conteúdos a abordar, uma vez que se pressupõe que todos os funcionários de unidade visada deverão participar no curso. Neste sentido, a seleção dos formandos não tem em conta o nível equivalente de proficiência linguística dos formandos, mas o trabalho que desenvolvem no seu contexto profissional. Por isso, não criadas ações de formação orientadas para as unidades específicas de trabalho. A seleção de construções linguísticas demasiado complexas ou demasiado simples, certamente, levarão ao insucesso. Se os conteúdos abordados forem demasiado simples, perder-se-ão os aprendentes com mais proficiência, aplicando-se o mesmo pressuposto se se optar por conteúdos demasiado complexos, perdendo-se os formandos com menos conhecimentos. Neste sentido, há a necessidade de se encontrar equilíbrio na planificação e na seleção de conteúdos. Tendo em conta que este português trabalhado é um português com caráter técnico, infelizmente, não há muitos materiais e livros disponibilizados no mercado. Por isso, é necessário criar todos os materiais a partir das situações específicas e concretas do contexto de trabalho e a partir de documentos e materiais reais. Ainda que esta criação de materiais seja extremamente desafiante e interessante, a verdade é que é extremamente morosa e a organização, por exemplo mensal, de um curso desta natureza não é possível.

Por seu lado, uma vez que o principal objetivo dos aprendentes é comunicar em língua portuguesa (compreender e fazer-se compreender), a opção em termos de conteúdo direcionou-se para o vocabulário e para os textos que os aprendentes têm de compreender e produzir. Porém, apesar dos funcionários trabalharem na mesma unidade orgânica, têm diferentes categorias profissionais e, por isso, em termos funcionais, desempenham atividades com diferentes níveis de complexidade, o que também se reflete no nível da proficiência linguística que precisam de ter para realizar essas mesmas funções. Este aspeto facilita as opções por conteúdos e as opções metodológicas.

A assiduidade francamente positiva dos formandos é reveladora da importância que dão a estas aulas, pois sublinha que a realização das suas atividades profissionais é o principal objetivo para aprenderem português¹³. Esta realidade é transversal a muitas situações de ensino e aprendizagem do português, principalmente nos últimos anos,

13 Entre 2019 e 2022, período em que têm sido ministrados os Cursos Intensivos de Língua Portuguesa Aplicada, já se realizaram várias edições de Português Administrativo, do Curso Intensivo de Língua Portuguesa Aplicada às Finanças, do Curso Intensivo de Língua Portuguesa Aplicada à Logística, do Curso Intensivo de Língua Portuguesa Aplicada aos Recursos Humanos, do Curso Intensivo de Língua Portuguesa Aplicada à Comunicação Externa e do Curso Intensivo de Língua Portuguesa Aplicada à Igualdade de Género.



em que tem havido uma maior procura por cursos de português como língua estrangeira para fins profissionais e específicos. Ainda que os professores de português como língua estrangeira tenham consciência das pretensões dos aprendentes, o facto de haver poucos projetos de criação e produção de materiais de português técnico e específico, que é ainda incipiente quando comparada com a oferta existente para outras línguas, faz com que o ensino do português se revista de um carácter generalista. Neste sentido, o ensino do português como língua estrangeira, quando comparado com o ensino de outras línguas como o inglês ou o francês, ainda necessita de muito trabalho, muita reflexão e partilha de experiências entre os seus estudiosos e aqueles que trabalham no terreno.

Metodologia(s) e estratégia(s) de ensino-aprendizagem

Considerando que o ensino do português no Parlamento Nacional é específico e deve obedecer ao contexto em que é realizado, nomeadamente o facto de ocorrer em contexto de trabalho, há a necessidade de utilizar um leque de diferentes métodos didáticos e pedagógicos que tenham em conta os perfis linguísticos dos formandos, os seus estilos cognitivos, os ritmos de aprendizagem, a idade, o nível de escolarização e os contextos de instrução. As opções metodológicas e didáticas têm por objetivo último um resultado prático profícuo no desempenho linguístico que promova o desenvolvimento do desempenho das funções profissionais do funcionário parlamentar.

Como já foi referido, o principal objetivo do formando parlamentar é realizar as suas funções profissionais que exijam a utilização do português, por um lado, e, por outro lado, comunicar em português. Neste sentido, o mais adequado será a adoção do paradigma comunicativo, tal como recomendado pelo Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QCER). Ou seja, este paradigma centra-se

no modo como a língua pode ser usada em contextos sociais para compreender e expressar significado. A adoção deste paradigma, centrado sobretudo nas funções comunicativas que descrevem as ações sociais que podem ser realizadas através da língua, colocou assim o foco do ensino da língua na relação entre significado e contexto, entendendo-se que o objetivo da aprendizagem da língua não é o conhecimento da língua como sistema, mas sim saber usá-la com eficácia comunicativa e adequação contextual. Neste entendimento, a competência comunicativa terá de integrar duas vertentes: o conhecimento (saber), isto é, saber o que se quer dizer; a capacidade ou competência de realização (saber fazer), ou seja, saber como dizer (Direção de Serviços de Língua e Cultura, pp. 49, 50).

Para além disso, a metodologia central utilizada durante a formação em língua portuguesa no Parlamento Nacional, mais especificamente no CGLP e nos Cursos

Intensivos de Língua Portuguesa Aplicada a fins específicos, será o método baseado em competências¹⁴ linguísticas, complementado por métodos orientados para a comunicação, métodos centrados no léxico, métodos cognitivos e no enfoque cultural e institucional. De forma mais simples, a formação em português visa falar, escrever, ouvir e pensar sobre – em português.

Note-se que “a abordagem por competências enaltece o que o [formando] aprende por si, o aprender a aprender, a construção pessoal do saber através da interação. Enaltece [ainda] o conhecimento enquanto instrumento de aquisição de competências, elogia os conteúdos enquanto meios possibilitadores de desenvolvimento de competências” (Costa *apud* Simões, p. 76) e promove um desempenho mais eficaz do modo como a linguagem é utilizada na comunicação.

As diferentes metodologias usadas nos diferentes momentos de formação têm sempre em consideração a necessidade da complexidade crescente, nos saberes e nos processos, trabalhando na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, tornando o conhecimento implícito em explícito e em objeto de reflexão.

Além disso, em contexto real de trabalho, é promovida a formação em contexto de trabalho, através do método demonstrativo, ou seja, o professor ajuda o funcionário/formando a compreender e a elaborar documentos em português, para que a prática contínua leve à aquisição de determinada competência. Este método de trabalho permite que o professor compreenda as principais dificuldades do aprendente, criando, posteriormente, em situação de sala de aula, momentos de ensino e aprendizagem que possam fazer superar as dificuldades apresentadas.

Por fim, uma vez que os professores apoiam os formandos na revisão linguística dos textos elaborados, as atividades de revisão e correção constituem-se como momentos de ensino e aprendizagem que assentam no método da aprendizagem através do erro. Neste contexto, de acordo com Nadais (2017), “é importante ter noção das diferenças do sistema linguístico entre as duas línguas [português e tétum], pois permitirá que mais facilmente se identifiquem os erros e, a partir daí, o professor pode elaborar atividades específicas com base nas incorreções, podendo o aluno tomar consciência do uso que faz da língua” (p.7). Em suma, em cada momento de retificação textual, o professor explica a quem escreveu o porquê do erro, para que o mesmo possa compreender e, no futuro, não voltar a repeti-lo. Esta metodologia cria, no formando, consciência acerca dos seus conhecimentos linguísticos, conhecendo as suas lacunas e os seus pontos fortes, permitindo-lhe saber o que procurar para superar as suas dificuldades e também saber o que fazer para aprofundar e cristalizar os conhecimentos já adquiridos com a ajuda do seu professor.

14 Entende-se por competência o sistema de conhecimento linguístico possuído por falantes de uma língua.



III. Alguns Constrangimentos

O ensino do português no Parlamento Nacional de Timor-Leste é uma tarefa árdua, cujas estratégias e metodologias vão mudando e se vão adaptando a uma realidade específica e cheia de nuances e em constante mutação. Ainda que nas aulas e nas atividades dos professores se promova o ensino do português com o foco no trabalho desenvolvido no ambiente parlamentar, a verdade é que muitos formandos mostram um grande desinteresse relativamente à aprendizagem. Ou seja, se o curso for intensivo e for de curta duração, a assiduidade é francamente positiva; se, por outro lado, as aulas de português forem do CGLP, a assiduidade já não é satisfatória. A maioria dos formandos invoca o excesso de trabalho como justificação por não frequentarem as aulas e, na verdade, essa é uma desculpa para encobrir o seu desinteresse e desmotivação e, acima de tudo, a incapacidade ou falta de vontade de gerir o seu tempo e as suas atividades para que possam estar disponíveis no horário das aulas.

Por outro lado, as chefias diretas dos funcionários deveriam dar o exemplo, com eles próprios a frequentarem as aulas e também ao terem em atenção o horário das aulas aquando da atribuição de tarefas. Ainda que, de acordo com a LOFAP, os diretores, os chefes e os coordenadores dos gabinetes devam dominar as duas línguas oficiais para poderem ocupar essas posições, na verdade, nos últimos anos, em relação ao português, essa obrigatoriedade tem sido desconsiderada. Este aspeto também poderá levar os funcionários parlamentares a isentar-se da necessidade de aprenderem português.

De igual forma, os deputados, principalmente na última legislatura, e também cada vez menos, dominam o português, muitos preferindo que o apoio técnico parlamentar seja prestado em tétum. Esta postura, daqueles que devem honrar o prescrito na Constituição, promove, também, o desinteresse pelo português e faz passar a ideia de que, embora o português seja língua oficial em Timor-Leste, o seu domínio e proficiência já não são necessários. Há que levar à mudança de mentalidade e, dentro dos próprios partidos políticos, promover a importância do português.

Para além disso, a própria administração pública no geral e os trabalhos administrativo no secretariado não exigem o uso do português, pelo que esse aspeto seria importante na sua promoção e, acima de tudo, nas motivações para a sua aprendizagem.

Por fim, em 2018, houve uma alteração na forma como a língua portuguesa passou a ser ensinada, como atrás se encontra descrito. Essa alteração também resultou das reclamações dos funcionários, pois estes consideravam que as aulas não eram preparadas com cuidado, sendo apenas um conjunto de fotocópias aleatórias de manuais publicados em Portugal e que nada tinham a ver com o seu contexto e com a sua realidade.

Pelo exposto, considera-se que a promoção do português já não passa por decisão política ou por encorajamento estabelecido por decreto. A aquisição do português exige uma mudança de mentalidade da sociedade em geral, para que assumam esta língua

como sua e deixem de a encarar como língua estrangeira. Igualmente, esta mudança de mentalidade também deve ser direcionada para os professores de língua portuguesa, para que haja, em paralelo, uma mudança na forma como se ensina português em Timor-Leste. O português deve passar a fazer parte da identidade e do imaginário cultural das gerações pós-independência e não apenas dos resistentes.



Referências Bibliográficas

- CONSELHO DA EUROPA (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Porto: Edições Asa.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE de 2002. (2001/2002). Díli: C.R.D.TL.
- Decreto do Governo nº 1/2004 (2004). *O Padrão Ortográfico da Língua Tétum*. Jornal da República. (2004-04-01).
- DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE LÍNGUA E CULTURA (2017). *Referencial Camões de Português Língua Estrangeira*. Lisboa: Camões, Instituto da Cooperação e da Língua I.P.
- DURAND, FR. (2011). *Timor Leste-Premier État du 3ème millénaire*. Paris: Éditions Belin.
- HORTA, José Ramos (2021, 15 de setembro) “Português como língua de Timor foi consensual. Por razões que não têm nada que ver com o que alguns idiotas dizem, que é saudosismo” [Entrevista concedida a Leonídio Paulo Ferreira]. *Diário de Notícias*. Disponível em: ["Português como língua de Timor foi consensual. Por razões que não têm nada que ver com o que alguns idiotas dizem, que é saudosismo" \(dn.pt\)](https://www.dn.pt/noticias/portugues-como-lingua-de-timor-foi-consensual-por-razoes-que-nao-tem-nada-que-ver-com-o-que-alguns-idiotas-dizem-que-e-saudosismo).
- Lei n.º 10/2016 (2016). *Aprova o Estatuto dos Funcionários Parlamentares*. Jornal da República I Série. Nº 26 A (2016-08-07), 29-46.
- Lei n.º 12/2017 (2017). *Lei da Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar*. Jornal da República I Série. Nº 20 (2017-05-24), 859-874.
- NADAIS, Bárbara (2017). “Ensino de Português em Timor-Leste: reflexão conceptual”. In *Revista Diálogos*. Díli: Faculdade de Filosofia da UNTL.
- NUNES, Ana; MATOS, Maria Isabel (2021). “Análise de quatro manuais atualmente disponíveis para o ensino de português como língua estrangeira”. In *RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa*. N.º 39, 103-128.
- RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 24/2010 (2010). *Sobre o Uso das Línguas Oficiais*.
- RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 20/2011 (2011). *Sobre a Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de uma Identidade Própria e Original no Mundo*. Jornal da República I Série. Nº 33 (2011-09-07), 5132-5134.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 13/2017 (2017). *Aprova o Plano Estratégico do Parlamento Nacional 2017 – 2022*. Jornal da República I Série. N.º 24 (2017-06-21), 1072-1090.

SIMÕES, Isabel Dias (2010). *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, Volume 14, Número 1, 73-78.